

CLARO S.A.

CNPJ 40.432.544/0001-47

Demonstrações Financeiras

183-383/14-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada			Controladora		Consolidada	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Ativo					Passivo				
Circulante					Circulante				
Caixa	462.739	21.892	466.255	23.368	Fornecedores de materiais e serviços (Nota 13)	314.482	2.263.825	3.369.729	2.268.866
Aplicações	4.403.502	791.495	4.403.502	923.710	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	27	27	27	-
Contas a receber	2.430.824	2.016.581	2.433.202	2.018.680	Impostos, taxas e contribuições (Nota 15)	469.451	389.529	487.358	397.672
Participações em outras empresas	619.917	393.811	521.110	331.403	Partes relacionadas (Nota 16)	3.028.881	199.397	3.130.550	310.025
Estoques	617.004	410.217	617.764	410.755	Reserva de dividendos (Nota 18)	345.177	240.124	345.177	240.124
Impostos a recuperar	1.379.895	1.138.102	1.467.091	1.160.045	Outros passivos	208.974	168.054	216.422	173.588
Outros	455.688	212.282	436.163	212.492		7.371.732	3.851.238	7.541.391	3.410.688
	10.239.615	4.974.310	10.345.068	4.984.441					
Não circulante					Não circulante				
Partes relacionadas (Nota 16)	13.927	12.298	5.135	5.135	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	0.199	-	9.180	-
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	3.858.685	3.359.371	4.081.815	3.593.979	Impostos, taxas e contribuições (Nota 15)	-	5.697	-	6.697
Depósitos judiciais (Nota 16)	1.710.760	1.488.560	1.778.480	1.551.724	Depósitos judiciais (Nota 14)	-	70.803	-	70.803
Outros ativos	16.639	9.695	16.819	9.695	Partes relacionadas (Nota 16)	9.349.079	8.059.394	9.343.879	8.059.394
Investimentos (Nota 10)	9.600.030	4.689.895	9.882.070	5.160.504	Provisão para demandas judiciais (Nota 16)	2.807.108	2.492.051	3.063.768	2.761.207
Imobilizado (Nota 11)	4.936.666	4.555.240	4.936.256	4.284.185	Provisão para descontinuidade de ativos (Nota 17)	414.482	359.421	483.212	420.685
Intangível (Nota 12)	6.674.605	7.953.292	6.674.605	6.591.816	Provisão para perdas com investimentos (Nota 10)	12.763	11.125	-	-
	21.210.555	19.789.005	21.597.231	20.228.117	Outros passivos	-	62.854	-	62.854
						12.587.410	11.082.345	12.589.877	11.371.640
Total do ativo	31.460.171	24.754.315	31.942.317	25.222.558	Patrimônio líquido e recursos de acionistas				
					para futuro aumento de capital (Nota 19)				
					Capital social	16.521.920	8.302.501	16.521.920	8.302.501
					Reserva legal	208.181	205.191	208.181	205.191
					Reserva de incentivo fiscal	4.141	4.141	4.141	4.141
					Reserva especial para dividendos não distribuídos	3.131.299	3.131.299	3.131.299	3.131.299
					Prejuízos acumulados	(2.358.034)	(1.210.642)	(2.358.034)	(1.210.642)
					Recursos de acionistas para futuro aumento de capital	11.493.997	10.432.990	11.493.997	10.432.990
					Total do patrimônio líquido e recursos de acionistas	7.042	7.042	7.042	7.042
					Total do passivo e patrimônio líquido	11.591.639	10.440.032	11.591.639	10.440.032
						31.460.171	24.754.315	31.942.317	25.222.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Controladora		Consolidada	
	2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida (Nota 20)	13.436.029	11.420.925	13.834.500	12.916.178
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas (Nota 21)	(8.723.145)	(8.394.710)	(8.908.168)	(8.343.041)
Lucro bruto	3.712.884	3.026.215	3.776.435	3.573.137
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais (Nota 22)	(3.299.468)	(2.824.107)	(3.301.540)	(3.125.231)
Gerais e administrativas (Nota 23)	(631.912)	(692.407)	(634.651)	(637.012)
Despesas financeiras, líquidas (Nota 24)	(1.854.502)	(787.423)	(1.890.358)	(728.860)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 25)	390.831	274.202	415.298	237.048
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 10)	208.129	25.684	136.046	(12.604)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda a	(8.910.862)	(4.004.051)	(8.444.223)	(4.456.659)
contribuição social e da participação não controladora				
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 9)	(1.705.970)	(977.036)	(1.667.780)	(833.722)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 9)	-	(78.032)	(27.785)	(138.891)
Prejuízo operacional antes da participação não controladora	(1.157.992)	(600.498)	(1.157.992)	(600.498)
Participação não controladora	-	-	(731)	(247)
Prejuízo do exercício	(1.157.992)	(600.498)	(1.157.992)	(600.498)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações, em reais (Nota 19)	(27,73)	(20,02)	(27,73)	(20,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo do exercício	(1.157.992)	(600.498)	(1.157.992)	(600.498)
Total dos resultados abrangentes	(1.157.992)	(600.498)	(1.157.992)	(600.498)

A Companhia elegue por demonstrar os efeitos tributários da forma individual, da forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DE ACIONISTAS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

(em milhares de reais)										
	Capital social	Reserva legal	Ações em tesouraria	Reserva especial para dividendos não distribuídos	Reserva de impostos fiscais acumulados	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Recursos de acionistas para futuro aumento de capital	Resultado não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012	6.980.191	205.191	-	3.255.507	4.141	(330.146)	10.094.884	7.042	1.342.710	11.444.636
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(880.495)	-	-	-	(880.495)
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Participação não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros (prejuízos)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.342.710)	(1.342.710)
Reserva de retenção de lucros	-	-	(4.042)	-	-	-	(4.042)	-	-	(4.042)
Ações em tesouraria	-	-	(120.065)	-	-	-	(120.065)	-	-	(120.065)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.302.901	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(1.210.642)	10.432.990	7.042	-	10.440.032
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.157.992)	-	-	-	(1.157.992)
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2013	10.521.906	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	11.493.997	7.042	-	11.501.039
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.864.616	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	12.836.707	7.042	-	12.843.749
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	14.084.615	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	15.056.706	7.042	-	15.063.748
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.427.325	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	16.400.416	7.042	-	16.407.458
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	17.647.324	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	18.620.415	7.042	-	18.627.457
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	18.990.034	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	20.000.125	7.042	-	20.007.167
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	21.210.033	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	22.222.124	7.042	-	22.229.166
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	22.552.743	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	23.565.834	7.042	-	23.572.876
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	24.772.742	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	25.785.833	7.042	-	25.792.875
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	26.115.452	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	27.225.546	7.042	-	27.232.588
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	28.335.451	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	29.445.545	7.042	-	29.452.587
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	29.678.161	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	30.788.255	7.042	-	30.795.297
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	31.898.160	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	33.008.254	7.042	-	33.015.296
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	33.240.870	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	34.350.964	7.042	-	34.357.996
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	35.460.869	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	36.570.963	7.042	-	36.577.995
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	36.803.579	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	37.913.673	7.042	-	37.920.693
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	39.023.578	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	40.133.672	7.042	-	40.140.691
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	40.366.288	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	41.476.382	7.042	-	41.483.391
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	42.586.287	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	43.696.381	7.042	-	43.703.390
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	43.928.997	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	45.039.091	7.042	-	45.046.090
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	46.148.996	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	47.259.090	7.042	-	47.266.089
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	47.491.706	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	48.601.799	7.042	-	48.608.798
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	49.711.705	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	50.821.798	7.042	-	50.828.797
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	51.054.415	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	52.164.508	7.042	-	52.171.507
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	53.274.414	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	54.384.507	7.042	-	54.391.506
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	54.617.124	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	55.727.217	7.042	-	55.734.216
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	56.837.123	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	57.947.216	7.042	-	57.954.215
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	58.179.833	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	59.290.926	7.042	-	59.297.925
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	60.399.832	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	61.510.925	7.042	-	61.517.924
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	61.742.542	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	62.853.635	7.042	-	62.860.634
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	63.962.541	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	65.073.634	7.042	-	65.080.633
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	65.305.251	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	66.416.344	7.042	-	66.423.343
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	67.525.250	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	68.636.343	7.042	-	68.643.342
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	68.867.960	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	69.979.053	7.042	-	70.986.052
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	71.087.959	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	72.199.052	7.042	-	72.206.051
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	72.430.669	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	73.541.762	7.042	-	73.548.761
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.219.999	-	-	-	-	-	2.219.999	-	-	2.219.999
Saldos em 01 de janeiro de 2014	74.650.668	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	75.761.761	7.042	-	75.768.760
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	1.342.710	-	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2013	75.993.378	205.191	(124.109)	3.255.507	4.141	(2.368.634)	77.104.471	7.042		

DEBAY Calcinato e Almeida e associados contadores LTDA

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de

do, tornando-se, portanto, um ativo líquido. Os ativos líquidos são avaliados pelo valor de mercado, e os ativos não líquidos são avaliados pelo valor de realização. Os ativos líquidos são avaliados pelo valor de mercado, e os ativos não líquidos são avaliados pelo valor de realização.

g) **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras

América (Nota 10)

100% 100% não sejam feitos nesse período. j) Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no

Com a inversão, o investidor tem a capacidade de atear essas setas em torno dos seus pontos de controle sobre o investido, o que lhe dá o controle sobre o serviço móvel celular, acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação de

de uso de software adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes a lojas próprias (que estão

Direitos decorrentes de outros acordos contratuais: - Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais, avaliados com base no número de ações em circulação; - Direitos de voto decorrentes de opções de compra de ações, avaliadas com base no número de ações que podem ser adquiridas sob o plano de incentivo à longo prazo da empresa.

Seu controle e cessa quando perde o respectivo controle. Alíquotas passivos, receitas e despesas de uma subsidiária

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firmo em uma

comparadas sob o controle, e continuam a ser comparadas até o dia em que a transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2013 o 2012, não foram

perdas não realizadas, oriundas de transações integradas, são eliminadas por completo. Uma mudança no

As previsões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a

registrado no resultado do exercício (Nota 4); c) Contas a receber de terceiros, líquidas; As contas de clientes e obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em níveis de 13,40 mil.

em que legações são transformadas em pontos para luta local por aparelhos e serviços. Os pontos acumulados,

Estoque: Representado substancialmente por anéis celulares, simóms, cárdios, pró-psoas e pró-óndros.

Item 7) e) Aplicações financeiras vinculadas - não circulantes: As aplicações financeiras, registradas no ativo não circulante, são aquelas que não são negociadas no mercado financeiro e não são liquidez para a entidade. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor esperado, sua realização ou liquidação.

reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo laudares e não laudares. As receitas de serviços de

CCEL - Crédito Federal; CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; TFCF - Título Federal; FISTEL - Fundo de
 Socialização das Telecomunicações; FINTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.

Custo Estadual: IOF - Imposto sobre Operações Financeiras; TRF - Tributo Federal; IRRP - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

Índice relativo à administração dos recursos da numeração: TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento; e YFI

As quotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor no momento da emissão da declaração.

correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. e) Campanhas promocionais: Custos e

© 2011 The Authors. Journal of Internal Medicine © 2011 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 270: 103–110

CLARO S.A.

CNPJ 40.432.644/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos. i) Ajuste ao valor presente: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, e em certos casos implícita: dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer os em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, essas juros são reconhecidos nas linhas das despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva dos juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. u) Subvenção e assistência governamental: A edição da Medida Provisória nº 2.192-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.195, de 21 de novembro de 2006, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo atividades se enquadrar em setores econômicos considerados prioritários, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda, calculado com base no lucro ou exploração para as áreas do Nordeste. A concessão desta incentivo se estende até o exercício de 2017 (para os estados: PI, DA, SE, AL e RN) e 2018 (para: PB, CE e PE). Em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 e parágrafo de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou do aborço dos prejuízos. v) Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que diferissem dos que seriam obtidos se os fatos contábeis do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. A determinação do julgamento e das estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção da vida útil do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise da recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente das contas a pagar e a receber; a provisão para contingências. A Companhia e suas controladas re-avaliam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. w) Demonstração do fluxo de caixa: A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a promulgação contábil CPC 03 R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). x) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de instrumentos financeiros emitidos em troca de outros instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros são classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos de transação são reconhecidos no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, partes relacionadas e resultados judiciais. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são as contas a pagar com fornecedores e partes relacionadas. Mensuração e reconhecimento: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros e valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são classificados assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros no futuro próximo, a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo não é suficiente para classificar os ativos como mantidos para negociação. Quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesas financeiras no resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos controlados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluindo os derivativos como mantidos para negociação, e os mantidos para hedge, são avaliados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas de passivos para negociação, e os mantidos para hedge, são reconhecidos como resultados. A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo custo amortizado. O valor justo de o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade tem lugar quer: No principal mercado para o ativo ou passivo, ou: Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas. O valor justo de um ativo ou um passivo é medida usando as premissas que iriam usar a Companhia e o melhor valor. A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do valor justo não é observável.

7. ESTOQUES

	2013	2012	2013	2012
Estoque de materiais para revenda	672.446	445.164	575.445	445.164
Estoque de simcard e acessórios para revenda	53.233	26.704	53.913	27.242
Outros	28.589	25.505	28.589	25.505
	654.268	497.373	657.947	497.911
(-) Provisão para perdas em estoques	(36.181)	(97.168)	(36.181)	(97.155)
	618.087	399.205	621.766	400.756

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	87.156	41.092	87.156	41.092
Provisão constituída	44.231	50.145	44.231	50.145
Baixas	(88.206)	(12.041)	(88.206)	(12.070)
Saldo final	43.181	79.196	43.181	79.167

A provisão para perdas em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerando a data de realização.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda sobre aplicações financeiras e outros	448.141	361.854	453.581	360.349
Imposto de renda e contribuição social antecipado	48.773	43.913	48.808	52.097
ICMS a recuperar	782.804	678.166	801.784	688.038
PIS/COFINS	93.081	46.558	158.536	50.839
Outros	7.089	7.589	7.382	7.675
Circulante	1.378.885	1.138.102	1.467.091	1.168.045
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.644.932	3.066.759	3.855.285	3.292.533
ICMS a recuperar	192.494	200.126	200.420	209.992
Outros	35.299	92.454	25.399	97.454
Não circulante	3.873.725	3.359.371	4.081.105	3.599.979
Total de circulante e não circulante	5.252.610	4.497.473	5.548.296	4.768.024
Os créditos do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações da Companhia. Esses créditos estão registrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.				
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Ativo:				
Imposto de renda diferido	2.635.533	2.243.370	2.623.882	2.409.380
Contribuição social diferida	975.399	823.389	1.032.404	893.153
	3.610.932	3.066.759	3.656.286	3.292.533
Passivo:				
Imposto de renda diferido	(5.646)	-	(5.646)	-
Contribuição social diferida	(1.987)	-	(1.987)	-
	(7.633)	-	(7.633)	-

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprevisíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado líquido do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerando o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2013. Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização dos valores dentro do prazo estabelecido na referida instrução. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda	6.341.019	5.077.701	5.252.903	4.497.473
Contribuição social	1.741.910	62.968	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.599.109	5.140.401	4.599.109	5.140.401
Base de cálculo	10.632.152	10.937.787	9.853.481	9.148.763
Alíquota	25%	25%	25%	25%
Imposto diferido	2.655.533	2.639.231	2.423.370	2.299.380
(-) Representado pela benefício fiscal decorrente da dedutibilidade dos gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) e I&D, que foi realizado no prazo de cinco anos. A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para liquidação total dos ativos fiscais diferidos registrados:				
Exercício	2013	2012	2013	2012
2013	-	750.374	-	781.687
2014	320.417	161.016	368.080	195.187
2015	340.918	247.374	378.251	273.440
2016	382.833	340.507	431.897	368.911
2017	624.475	320.273	688.561	348.691
2018	932.417	232.341	975.534	321.383
2019	749.499	237.691	788.382	237.691
2020	280.571	216.333	280.571	216.333
	6.548.650	5.571.810	6.548.650	5.571.810

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO
A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda do exercício	(58.153)	(20.203)	(58.153)	(20.203)
Contribuição social do exercício	(20.879)	(7.382)	(20.879)	(7.382)
Impostos diferidos	597.998	176.372	530.312	158.264
	518.966	148.787	451.280	130.679

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estão demonstrados a seguir:

	2013	2012	2013	2012
Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL	(1.705.976)	(977.636)	(1.688.510)	(973.722)
Adições/exclusões de natureza permanente:				
Ajustes RPT	(13.630)	15.791	(13.219)	17.293
Equivalência patrimonial	(206.129)	(23.064)	(135.045)	12.304
Crédito fiscal amortizado	(174.810)	(699.639)	(174.910)	(699.639)
Substituição	-	436.241	-	436.241
Perda com devedores incooperáveis	-	122.935	-	122.935
Outras aplicações permanentes	216.688	60.507	216.670	92.263
Adições/exclusões de natureza temporária:				
Provisão para devedores duvidosos	180.591	167.032	180.591	167.032
Provisão para obsolescência de estoques	(49.925)	38.002	(49.925)	42.229
Provisão para demandas judiciais	335.631	359.561	351.397	411.092
Variação cambial	-	-	-	26.202
Outras aplicações temporárias	103.422	42.275	119.065	24.497
Resultado tributável	(1.294.489)	(1.459.814)	(1.177.277)	(1.177.277)
Taxa nominal (34%)	(440.113)	(1.156.337)	(400.622)	(71.991)
Cálculo da taxa efetiva	(1.705.976)	(977.636)	(1.688.510)	(973.722)
Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL	(1.705.976)	(977.636)	(1.688.510)	(973.722)
(-) Ajustes permanentes	(178.180)	(89.640)	(107.605)	(118.102)
Resultado tributável	(1.884.156)	(1.067.276)	(1.796.115)	(1.091.824)
Taxa nominal (34%)	(640.614)	(363.073)	(603.682)	(371.020)
Resultado líquido	(1.243.542)	(704.203)	(1.192.433)	(720.804)
Total das despesas temporárias	597.998	607.870	598.118	700.115
Imposto diferido sobre diferenças temporárias	(440.113)	208.676	(440.113)	208.676
Imposto (diferido) corrente sobre o resultado	(640.614)	(363.073)	(603.682)	(371.020)
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	-	-	-	-
Empresa Cidadã (Lei 11.770/2008 - indutível 100%)	-	-	-	-
Baixa de créditos fiscais	10.630	-	10.630	27.037
Benefícios RPTIS	24.765	-	24.765	-
Crédito fiscal amortizado	69.469	237.877	59.469	237.877
Outros	(2.859)	27.795	(893)	31.633
Resultado líquido e CS corrente e diferido	(1.243.542)	(704.203)	(1.192.433)	(720.804)

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	472.603	469.843	472.603	469.843
Provisão constituída (Nota 23)	211.244	250.080	211.244	250.080
Baixas	(57.642)	-	(57.642)	-
Saldo final	626.205	720.003	626.205	720.003

g) *Myriophyllum conopseaefolium*

e) Movimentação consolidada:

2013 (consolidado)		2012 (consolidado)		2011 (consolidado)		2010 (consolidado)		2009 (consolidado)		2008 (consolidado)	
Coligadas	Embratel TVSA	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado líquido da operação	% de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Quantidade de ações (milhares)	Saldo líquido	Saldo líquido	Saldo líquido	Saldo líquido
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
		4.855.978	5.089.067	104.634	74,04%	136.704	4.599.024,844	4.577.521	2.450.593	897.490	80.120
		113.876	294.652	400.000		0,00%	0,00%	294.652	400.000	0,00%	0,00%
		4.969.854	5.383.719	444.634		0,00%	0,00%	4.872.173	2.850.593	897.490	80.120

Companhia possuía bens do aliado

Consolidado									
		MPO	Clare Corporata		Direito de concessão				
		Processadores de	Emprendimentos		15	10.582.187	(8.668.721)	1.913.495	2.254.169
		Presençados S.A.	Inovabilidades Ltda.		5	405.064	(36.869)	40.644	23.169
					15-20	36.758	(9.677)	27.082	36.758
					1	85.191		4.668	3.550
					5-10	15.706	(1.639)	12.156	3.400
						2.239		2.239	80.483
Colunas	TVSAT			Total					
Saldos em 31/12/2012	4.284.195			4.284.195					
Adição de investimento	-	5.025		5.025					

Empreendimento Imobiliário Ltda. por cessão onerosa R\$ 706.202 (oitenta e cinco milões, setecentas e seis mil e duzentas e duas) quotas de sua titularidade no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada para a Claro S.A. Na sequência a Claro cede e transfere, por cessão onerosa uma quota de sua titularidade, no valor de R\$ 1,00 (um real) para a Amvarel S.A. As demonstrações financeiras das controladas Tess Ltd., ATL Cayman e Telet BVI, originalmente apuradas em dólares norte-americanos, foram convertidas para reais considerando-se a taxa de câmbio do dólar comercial de venda em vigor (divulgadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN) para os selos

b) Movimentação:

	CONTABILIZADA	CONTROLADA	CONTROLADA	CONTROLADA
	Controladora			
Direito de uso de software	Direito de uso de software	Direito de uso de software	Direito de uso de software	Direito de uso de software
Direito de uso de fundo de comércio	Direito de uso de fundo de comércio	Direito de uso de fundo de comércio	Direito de uso de fundo de comércio	Direito de uso de fundo de comércio
Direito de uso de ativo intangível em andamento	Direito de uso de ativo intangível em andamento	Direito de uso de ativo intangível em andamento	Direito de uso de ativo intangível em andamento	Direito de uso de ativo intangível em andamento
Outros ativos intangíveis	Outros ativos intangíveis	Outros ativos intangíveis	Outros ativos intangíveis	Outros ativos intangíveis
Total	Total	Total	Total	Total

Quota: _____

Saldo em 31/12/2012	10.5
Adições	
Baixas	
Transferências	
Saldo em 31/12/2013	10.5
Amortização:	
Saldo em 31/12/2012	10.25

Subscribers 140

a) Movimentação:		33.650.480	(14.464.200)	2.205.250	3.381.819
Controladora					
Equipamentos de transmissão	Equipamentos de comunicação	Outros ativos imobilizados	Imobilizado em termos de	Data de expiração das radiofrequências	
<p>dos ativos intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises preparadas pela Companhia, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Abaixo segue um resumo das autorizações da diretoria de uso de radiofrequência mantidas pela Companhia, com as respectivas datas de expiração:</p>					

Autodização 450 MHz

Downloaded from <http://ajph.org/> on November 10, 2014

CLARO S.A.
CNPJ 04.432.544/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Termos de auditoria	450 Mhz	850 Mhz	900 Mhz	1800 e 1900 Mhz	3G	4G e 2G/3G Mhz
São Paulo	Outubro, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2017	Abri, 2023	Outubro, 2027
Capital						
São Paulo - Interior	Outubro, 2027	Abri, 2025	Março, 2025	Março, 2020	Abri, 2023	Dezembro, 2015
Minas Gerais						
Minas (Triângulo)						
Amazonas	Outubro, 2027	Abri, 2023				Dezembro, 2012
Maranhão	Outubro, 2027	Abri, 2023				Dezembro, 2012
Roraima	Outubro, 2027	Abri, 2023				Dezembro, 2012
Amapá	Outubro, 2027	Abri, 2023				Dezembro, 2012
Pará	Outubro, 2027	Abri, 2023				Dezembro, 2012

13. FORNECEDORES DE MATERIAIS E SERVIÇOS

	Controladora	Consolidado
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	3.045.921	1.972.223
Interconexão e roaming	215.153	247.341
Co-branding	29.597	36.500
Fornecedores internacionais	18.099	13.057
Outros	(68)	200
	3.318.662	2.269.321

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Emprestimos e financiamentos:

Instalação	Tipos de operação	Encargos	Vencimento	Controladora	Consolidado
BNDES	Financiamento	3,0% a.a.	2018	2013	2012
				9.307	9.307
Circulante				9.307	9.307
Não circulante				9.180	9.180

Em 31 de dezembro de 2013 foi adquirido financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) visando a expansão e modernização da rede de serviços, ao custo de 3,0% a.a.

Debêntures:

Instalação	Tipos de operação	Encargos	Vencimento	Controladora	Consolidado
Brasão	Debêntures	IPCA + 0,5% a.a.	2021	2013	2012
				70.803	70.803
				70.803	70.803
				70.803	70.803

Durante 2009 foi aprovada pelo Conselho de Administração, a emissão de 5.400 debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, O Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, comprometeu-se a sub-repôr estas debêntures emitidas pela Companhia, correspondentes ao programa Minas Comunica. Com este programa, a Companhia viabilizou o atendimento a 127 localidades das áreas de registro 31 e 32. A emissão destas debêntures poderia ocorrer em até cinco séries, no montante total de R\$54.000, emitidas por número de cidades assessoradas, e certificadas pelo Estado de Minas Gerais. Em 2009 foram concluídas as emissões das debêntures no total de três séries, com as seguintes distribuições: (i) 892 debêntures na 1ª série no valor de R\$5.920, (ii) 3.628 debêntures na 2ª série no valor de R\$30.280 e (iii) 682 debêntures na 3ª série no valor de R\$5.800. Os valores atualizados das três séries das debêntures correspondem a R\$70.803. As debêntures foram liquidadas em 21 de junho de 2013.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora	Consolidado
ICMS a receber	309.328	195.478
PIS e COFINS a receber	53.322	50.975
FISTEL	12.032	20.764
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	43.929	76.232
Parcelamento Lei n° 11.941/09	6.657	8.035
Impostos diferidos	7.033	7.033
Outros	36.512	38.043
Circulante	499.451	389.528
Parcelamento Lei n° 11.941/09		
Não circulante		
Total circulante e não circulante	499.451	389.528

A Administração baseou-se nas relevantes reduções para pagamento a prazo instituídas pela Lei n° 11.941/09, dentre as quais se destaca a redução de 100% dos valores relativos à multa de ofício e de mora. Além das reduções legais acima apresentadas, a referida Lei também possibilita o abatimento dos valores relativos aos juros de mora e multas isoladas com a utilização de prejuízo fiscal e do base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido próprio.

16. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

a) Composição:

	Controladora	Consolidado
Tributárias	2.016.091	1.796.583
Cíveis/consumidores	65.405	31.042
Trabalhistas	94.508	47.304
Regulatório	631.112	616.722
	2.807.106	2.492.051

b) Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.796.583	1.796.583
Adições	775.774	126.045
Reversões	(787.863)	(93.682)
Atualização monetária	201.187	14.998
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.016.091	1.796.583

c) Integração de provisões judiciais (registradas no ativo não circulante):

	Controladora	Consolidado
Tributárias	1.497.764	1.303.117
Trabalhistas	76.194	65.697
Cíveis	133.068	110.023
Regulatório	723	723
	1.710.749	1.485.560

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza tributária, cível, regulatório e trabalhista. A Administração, consultando-se na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encargamentos e as provisões legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indícios de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. As principais contingências são como segue: i) Regulatório: Anatel - Encargos financeiros sobre a prestação de serviços: Refere-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela Anatel e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas concessões adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuiu provisão de R\$576.075 (R\$561.078 em 2012). ii) PIS e COFINS: Provisão para o pagamento de PIS e COFINS: Refere-se ao pagamento de PIS e COFINS em nome da Companhia, em decorrência da obrigação (PADO) instalada pela Anatel. Os processos se encontram em andamento dentro dos prazos previstos pelo Regulamento Interno da Anatel e demais regulamentações pertinentes. Em 31 de dezembro de 2013, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, foram contabilizadas provisões para contingência na controladora e no consolidado de R\$55.037 e R\$55.944 e R\$55.942 em 2012. iii) Tributárias: PIS e COFINS: Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuiu contingência relacionada à exclusão do ICMS e receita de interconexão de base de cálculo do PIS e do COFINS valor total de R\$1.435.964 e R\$ 1.610.027 em 2013. iv) ICMS: Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuiu contingência relacionada à exclusão do ICMS e receita de interconexão de base de cálculo do PIS e do COFINS, bem como a impossibilidade de aplicação retroativa dos artigos 3º e 4º da Lei Complementar n° 118/2005. Apesar de essa decisão judicial ter transitado em julgado, a Fazenda Nacional propôs, em 2013, ação rescisória objetivando sua desconstituição e novo julgamento da matéria, a fim de que seja reconhecida a legitimidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS e fixado o prazo de 5 anos para a repetição do indébito tributário. FUST e CEME: A Claro S.A. em 2012 registrou provisão referente a débitos de FUST em razão do não recolhimento da contribuição sobre determinadas receitas consideradas pela administração da sociedade como não sujeitas ao FUST no valor de R\$46.654. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuiu provisão referente à exigência de CPMF sobre a contribuição de câmbio no valor de R\$2.350. R\$2.346 em 31 de dezembro de 2012. ICMS: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais em razão do suposto não cumprimento de obrigação acessória, não tributação de operações não sujeitas a impostos e não sujeitos à incidência de ICMS, bem como em razão da falta de prestação de determinados créditos. A Companhia e suas controladas registram provisão para contingências na controladora e no consolidado no valor de R\$166.039 e R\$174.738 atualizados em 31 de dezembro de 2013.

(R\$265.334 e R\$307.471 em 31 de dezembro de 2012), atualizada pela taxa Selic. Contribuição para Fomento de Infraestrutura: A Claro S.A. e suas controladas possuem contingência relacionada à exigência de contribuição para Fomento de Infraestrutura no valor total de R\$305.228 e R\$431.449 na controladora e no consolidado, atualizadas em 31 de dezembro de 2013 (R\$272.403 e R\$316.726 em 31 de dezembro de 2012). Foi imposto Mandado de Segurança visando questionar a legalidade da contribuição e os valores supostamente devidos estão depositados judicialmente. Outras contingências tributárias: A Companhia possuiu ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo PIS/COFINS, PPMU e CIDE. Em 31 de dezembro de 2013, o montante na controladora e no consolidado é de R\$25.599 e R\$28.487 em 2013 (R\$28.454 e R\$39.555 em 2012). Outras passivas: A Companhia e suas controladas têm processos tributários envolvendo riscos de perda classificadas com base na opinião dos seus consultores jurídicos como possíveis, para os quais não foram contabilizadas provisões para contingências. i) ICMS: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes a ICMS na controladora e no consolidado no valor total de R\$1.880.732 e R\$2.688.087 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.485.529 e R\$3.251.081 em 31 de dezembro de 2012), cujos principais objetos são: i) suposto descumprimento de obrigações acessórias; ii) ICMS sobre estorno de glóssas; iii) crédito de ICMS sobre energia elétrica; iv) substituição tributária; v) crédito presumido de ICMS na aquisição de aparelhos, entre outros. • PIS e COFINS: A Companhia possuiu contingência de PIS/COFINS na controladora e no consolidado no valor total de R\$1.022.651 e R\$1.405.438 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.042.010 e R\$1.485.070 em 31 de dezembro de 2012) decorrente substancialmente de glóssas de compensações e supostas insuficiências de recolhimento em razão de glóssas de créditos e supostos equívocos na apuração da base de cálculo. • FUST/FUNTEL: A Companhia e suas controladas possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST na controladora e no consolidado no valor de R\$576.029 e R\$574.700 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$564.655 e R\$571.944 em 31 de dezembro de 2012), principalmente em razão da exclusão das receitas de interconexão da base de cálculo do FUST. A Companhia e suas controladas possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTEL na controladora e no consolidado no valor de R\$261.133 e R\$285.626 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$178.996 e R\$248.660 em 31 de dezembro de 2012). • TPI: Taxa de Fiscalização e Instalação: A Companhia e suas controladas possuem contingência referente ao não recolhimento da TPI supostamente devida em razão das renovações das licenças de direito de uso de radiofrequências na controladora e no consolidado no valor total de R\$1.165.771 e R\$1.436.623 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.165.771 e R\$1.436.623 em 31 de dezembro de 2012). Retenção contingência: A Companhia e suas controladas possuem contingência decorrente de controle de qualidade de serviços, a qual é considerada como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$97.521 e R\$125.339 em 31 de dezembro de 2012. Este valor é avaliado como possível pelos consultores jurídicos da Companhia. • IRPJ/CSLL/IRRF: A Companhia e suas controladas possuem autuações fiscais referentes à exigência do IRPJ, CSLL e IRRF no valor total de R\$214.946 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$222.358 em 31 de dezembro de 2012) principalmente a respeito de estimativas mensais de IRPJ e CSLL dos anos em que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não homologação de compensações. Outras contingências tributárias: A Companhia e suas controladas possuem ainda outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo Imposto de Importação, INSS, CPMF, CIDE e IPI. Em

CLARO S.A.

CNPJ 40.432.544/0001-47



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Natureza da transação	2013			2012		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Sercotel S.A. de C.V.	(a)(d)	-	1.162.040	(a)(d)	-	3.267.534
Amov I	(a)(d)	-	2.349.322	(a)(d)	-	333.160
Claro Telecom	(a)(d)	-	-	(a)(d)	-	-
Participações S.A.	(a)(d)	52.011	209.723	(a)(d)	209.723	-
Telmex do Brasil Ltda.	(d)	-	139.056	(d)	-	228.695
Claro Chile S.A.	(d)	-	724	(d)	-	636
Claro Chile 110	(d)	-	510.502	(d)	-	507.964
AM Telecom	(a)(d)	-	-	(a)(d)	-	-
América S.A. de C.V.	(a)(d)	-	38.025	(a)(d)	-	25.249
América Móvil	(a)(d)	-	-	(a)(d)	-	-
S.A.B. de C.V.	(a)(d)	-	8.040.359	(a)(d)	-	4.130.300
Alecan	(d)	-	-	(d)	-	-
Telecomunicações Ltda.	(d)	1.173	-	(d)	1.173	-
ATL Cayman	(d)	-	-	(d)	-	-
Embratel S.A.	(d)	105.012	-	(d)	833.666	-
AMX Argentina	(b)(c)	218.427	-	(b)(c)	18.802	-
Comunicação	(d)	-	-	(d)	127.332	-
Celular, S.A. (Comcel)	(b)(c)	80.814	-	(b)(c)	322.651	-
Telmex Colombia	(b)(c)	17.818	-	(b)(c)	46.741	-
Outras partes relacionadas	(d)	-	-	(d)	-	-
Circulante	525.245	12.474.379	336.538	8.370.019	1.028.859	
Não circulante	521.110	3.130.500	331.403	310.625	-	-
Ativo	5.135	9.343.879	5.135	8.059.394	5.135	

distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido antes para esta reserva até que a reserva seja igual a 20% do valor total do capital. Em 31 de dezembro de 2013, o valor registrado na rubrica de Reserva Legal foi de R\$205.191 na controladora e no consolidado (R\$205.191 em 31 de dezembro de 2012 na controladora e no consolidado). b) Reserva especial para dividendos não distribuídos: Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.890/07, o lucro líquido do exercício deverá ser integralmente destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. c) Incentivos fiscais: Em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a parcela do lucro líquido excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de aborção de prejuízos. d) Direito das ações: As ações preferenciais não têm direito a voto. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Em 19 de dezembro de 2005, os acionistas da Companhia aprovaram a modificação dos direitos das ações preferenciais, os quais passaram a ser os seguintes: 1. Participação nos lucros que sejam distribuídos pela Companhia como dividendos, os quais serão 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, em conformidade com as disposições do artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.404/76; e 2. Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia. e) Dividendos: Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada, através de Assembleia Geral Extraordinária, a) a proposta de redução do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas da Companhia para 0,1% (zero ponto um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; b) caso aprovado o item (a) acima, alterar o Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia; e (c) aprovar o balanço patrimonial da Companhia a ser utilizado para fins de determinação do valor do reembolso a que terão jus os acionistas que eventualmente venham a exercer seu direito de resgate. f) Recursos de acionistas para futuro aumento de capital: Durante o ano de 2006, a acionista Claro em atendimento para futuro aumento de capital e posteriormente efetuou a capitalização do montante de R\$41.654, restando R\$7.042. Sobre esse recurso não incidem juros nem atualização monetária.

g) Resultado por ação:		2013	2014
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		(158.278)	(117.950)
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas preferenciais		(1.091.654)	(762.246)
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários		(1.157.932)	(880.196)
Denominador (em milhares de ações)		7.018.499	5.695.514
Média ponderada do número de ações preferenciais		36.622.416	35.622.416
Média ponderada do número de ações ordinárias		43.643.314	49.292.920

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2013	2012
Serviços pré-pagos		5.044.100	4.496.875
Serviços pré-pagos		3.263.207	2.372.893
Tarifa de uso de meios		3.532.592	3.433.345
Rouming		315.144	310.494
Venda de aparelhos e acessórios		1.261.276	807.310
Controleadora	2013	13.438.028	11.430.922
Consolidado	2013	13.438.028	11.430.922

21. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		2013	2012
Mão de obra própria		(134.442)	(135.684)
Serviços contratados com terceiros		(670.381)	(814.134)
Aluguel		(575.299)	(468.331)
Meios de conexão		(393.799)	(243.304)
Taxas e contribuições		(1.111.695)	(898.570)
Amortização da concessão		(431.890)	(761.067)
Depreciação da rede		(2.036.619)	(1.673.392)
Interconexão		(2.305.169)	(2.012.455)
Outros		(54.922)	(29.478)
Custo dos serviços prestados		(7.714.072)	(6.834.413)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos		(2.009.073)	(1.560.202)
Controleadora	2013	(9.723.145)	(8.394.710)
Consolidado	2013	(9.723.145)	(8.394.710)

22. DESPESAS COMERCIAIS		2013	2012
Mão de obra própria		(528.717)	(474.644)
Serviços contratados com terceiros		(945.325)	(804.540)
Aluguel		(77.787)	(57.833)
Publicidades		(611.385)	(646.533)
Comissões		(685.778)	(502.941)
Devedores duvidosos (Nota 6)		(211.244)	(290.660)
Outros		(209.222)	(87.136)
Controleadora	2013	(3.289.459)	(2.824.107)
Consolidado	2013	(3.289.459)	(2.824.107)

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		2013	2012
Mão de obra própria		(251.940)	(211.603)
Serviços contratados com terceiros		(307.219)	(290.054)
Aluguel		(10.976)	(9.408)
Taxas e contribuições		(123.823)	(62.704)
Depreciação e amortização		(126.218)	(82.114)
Outros		(11.634)	(36.378)
Controleadora	2013	(831.812)	(692.407)
Consolidado	2013	(831.812)	(692.407)

24. DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		2013	2012
Receitas financeiras		-	-
Juros sobre multas		130.408	143.822
Juros sobre receitas		50.327	45.357
Tariffs		180.733	189.179
Controleadora	2013	361.468	378.358
Consolidado	2013	361.468	378.358

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS		2013	2012
Receitas operacionais		508.368	317.494
Assessoria de telecomunicação e outras		-	14.501
Uso de marca		644	-
Ganho de ativo imobilizado alienado		-	644
Ganho com processos judiciais		-	23.302
Outras		3.936	6.673
Controleadora	2013	512.948	339.953
Consolidado	2013	512.948	339.953

26. PLANO DE PENSÃO
A Companhia e suas controladas oferecem aos seus associados a possibilidade de participar do plano de previdência privada de tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), por intermédio de Itaú Hartford até 30 de abril de 2009, que administra os Fundos de Investimento. A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚ PREVIDÊNCIA passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Itaú Hartford. A Companhia e suas controladas participam com o mesmo percentual de contribuição do associado sobre o salário-base, livremente escolhido pelo participante, ou seja, entre 1% e 7% para diretores e gerentes e 1% a 4% para os demais associados. Em 2013, a Companhia e suas controladas (patrocinadoras) elevaram contribuições no montante de R\$5.945 para a Controladora e R\$2.041 para o Consolidado (R\$5.918 em 2012).

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. Os juros indexados às taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia. Os principais fatores de risco de mercado que afetam as negociações da Companhia podem ser assim apresentados:

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito da Companhia na controladora e consolidado, foi de R\$10.521.900, divididos em 45.245.527.002 ações ordinárias nominativas e 7.016.498.313 ações preferenciais nominativas. A composição do capital social da Companhia é como segue:

Quantidade de ações em 2013		Quantidade de ações em 2012	
Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Claro Telecom Participações S.A.	33.766.938.673	33.766.938.673	33.766.938.673
AM Telecom América S.A. de C.V.	2.374.086.083	2.374.086.083	2.374.086.083
Embratel Participações	6.618.110.489	1.359.985.447	-
Ações em Tesouraria	488.389.007	-	-
Outros	2.160	1.934	1.934
45.245.527.002	7.016.498.313	36.622.416.519	5.695.514.865

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2013, a Companhia subscreu da Embratel Participações S.A., a quantidade de 8.018.110.489 (oito bilhões, oitocentas e dez mil e quatrocentas e oitenta e nove) ações ordinárias e 1.359.985.447 (um bilhão, trezentas e cinquenta mil e seiscentas e oitenta e cinco mil e quatrocentas e quarenta e sete) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal no preço de emissão de R\$2.225.878.654 por ação, fixado com base no valor do patrimônio líquido de maio de 2012, foi aprovada a integralização do montante de R\$2.218.999, no montante de R\$1.342.709, mediante a emissão de 598.422.797 (quinhentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e setecentos e noventa e sete) ações ordinárias e 97.470.431 (noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e quatrocentas e trinta e sete) ações preferenciais, as quais serão atribuídas aos acionistas da American, em troca das ações de emissão da American que serão incorporadas pela Companhia. Nesta distribuição, fica registrado o voto contrário da acionista Sercotel S.A. de C.V., que, presente à Assembleia, exerceu, desde já, seu direito de recusa para retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações, conforme facultado pelos artigos 45 e 137 da Lei das S.A. Em razão das deliberações acima, e face ao exercício, pela acionista Sercotel S.A. de C.V., de seu direito de recusa, a Sercotel S.A. se retira da Companhia, sendo as 488.389.007 (quatrocentas e oitenta e oito milhões, trezentas e oitenta e nove mil e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade e correspondentes ao seu valor patrimonial contábil, conforme determina o artigo 45 da Lei das S.A., no montante de R\$124.168. O valor de reembolso das ações de titularidade da Sercotel S.A. de C.V. deverá ser pago pela Companhia à conta de reserva de lucros. a) Reserva legal: A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem

CLARO S.A.

CNPJ 40.422.544/0001-47



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

a) Análise da sensibilidade das aplicações financeiras: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indicador nas aplicações financeiras da qual a Companhia e suas controladas estavam expostas no dia 31 de dezembro de 2013, foram definidos 32 cenários alternativos. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11% para o ano de 2013 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de +20% e -20%.

Risco Crédito provável | Cenário II | Cenário III
CDI | 11% | 15% | 9%
484.385 | 572.455 | 356.315

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2013 aplicado em aplicações financeiras atreladas a indicadores inflacionários b) Análise da sensibilidade das debêntures: Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras foi obtida a projeção do IPCA para os próximos 12 meses, cuja média foi de 5,67% para o ano de 2013 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de +20% e -20% para as debêntures, sendo as mesmas liquidadas em 2013. Para cada cenário foi calculada a "despesa financeira", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das debêntures. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando-se um ano e verificando-se a sensibilidade do IPCA com cada cenário c) Risco de taxa de câmbio: Este risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas terem a receita em moedas em paridade com a flutuação nas taxas de câmbio. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava R\$18.099 em contas a pagar a fornecedores (Nota 14) e R\$227.059 em contas a receber com parceiros relacionados, ambas indexadas ao dólar norte-americano. d) Risco da taxa de juros: Este risco é gerado da possibilidade da Companhia e suas controladas terem a receita em moedas em paridade com a flutuação nas taxas de juros, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia e suas controladas não têm instrumentos de derivativos para fazer hedge contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade das taxas. e) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas terem a receita em moedas em paridade com a flutuação nas taxas de câmbio, caso o cliente não realize seus pagamentos, de acordo com as normas da Anatel. Em 31 de dezembro de 2013, a carteira de clientes da controladora não apresentava inadimplência, exceto inadimplência individualmente, superiores a 1,17% (1,20% em 31 de dezembro de 2012) do faturamento de serviços no mês de dezembro. A política de vendas e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas possui mecanismos associados ao nível de risco de crédito e que está disponível a ser liquidada no curso de seis meses. Com relação a lojas e distribuidoras, a Companhia e suas controladas mantêm limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico do risco e inadimplência. A reatividade das suas ações, diversificação da sua carteira de recebíveis e o acompanhamento das prazos da

financiamento de vendas a limite de prazo são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam no fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais. Em 31 de dezembro de 2013, o volume de vendas da controladora não apresentava registro de atraso, cujos recebíveis fossem, individualmente, superiores a 2,01% (3,75% em 31 de dezembro de 2012), das contas a receber no mês de dezembro de 2013.

28. COMPROMISSOS

Atuando: A Companhia mantém contratos de aluguel de áreas para instalação de seus equipamentos de transmissão, utilizando um montante mensal total de, aproximadamente, R\$13.064 para a Controladora e R\$14.851 para o Consolidado. Os contratos têm vencimento entre 2013 e 2018 e, em sua maioria, têm índice de reajuste anual com base na variação do IGP-DI. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos:

	Ano	Controladora	Consolidado
	2014	Valor	Valor
	2014	241.628	244.154
	2015	174.326	189.760
	2016	148.738	169.909
	2017	134.169	132.214
	2018	111.371	124.663
		709.652	801.690

Ativo Imobilizado: Adicionalmente, a Companhia possui contratos para aquisição de equipamentos e serviços destinados à ampliação de sua rede, no montante total de R\$543.105 para a Controladora e R\$599.053 para o Consolidado em 31 de dezembro de 2013.

29. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos, abrangendo todos os danos materiais causados aos seus ativos. Devido às características de operações multilocalizadas, a Administração contrata seguro bem e conceito de limite máximo provável em um mesmo evento, para o qual mantém cobertura contra riscos operacionais (incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos vendáveis/incêndios). A aplicação do seguro é única, englobando todas as empresas do grupo, sendo o dano máximo indenizável para todas as coberturas contratadas e, em, aproximadamente, R\$14,5 bilhões para todo o Grupo Claro. Não está incluído no escopo dos limites de riscos os seguros emitidos sobre a subsidiária da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de março de 2014, a Companhia efetuou o pagamento do empréstimo junto a América Móvil, no montante de R\$323.341 (principal de R\$300.000 e R\$23.341 de encargos financeiros) conforme descrito na nota 16. Em 26 de março de 2014, a Companhia recebeu R\$2.302.564 de sua controladora indiana, América Móvil S.A. de C.V., relativos a contrato de mútuo. Este mútuo é denominado em dólares, sendo equivalente a US\$1.001.760.000, com vencimento em 20 de março de 2019 e encargos de Libor + 250, devidos semestralmente a partir de 24 de setembro de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Daniel Hajj Aboumrad - Presidente do Conselho
Vice-Presidente do Conselho
Carlos José Garcia Moreno Elizondo - Vice-Presidente do Conselho
Conselheiros
Alberto de Oliveira e Breganza - Conselheiro
Alejandro Centi Jimenez - Conselheiro

Suplentes do Conselho
Carlos Hernán Zenteno de los Santos - Suplente de Daniel Hajj Aboumrad
Isaac Baranstein - Suplente de Carlos José Garcia Moreno Elizondo
Marcos Medeiros Coelho da Rocha - Suplente de Alberto de Oliveira e Breganza
Daniel Alejandro Tapia Mejía - Suplente de Alejandro Centi Jimenez

DIRETORIA

Carlos Hernán Zenteno de los Santos - Diretor Presidente
Isaac Baranstein - Diretor Financeiro
Ricardo César de Oliveira - Diretor Nacional de Vendas de Consumo
José Roberto Pedro Silva Olmos - Diretor

CONTADOR

Ricardo Basso Galim
Gerente de Contabilidade - CRC - PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradoras e Ações da Claro S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Claro S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Claro S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases
Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Claro S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas não está reavaliada em função desse assunto.

Conforme descrito nas notas explicativas 1 e 8, a Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. As estimativas de recuperação desses créditos tributários estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras.

São Paulo, 03 de abril de 2014



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

João Ricardo P. Costa
Contador CRC-1RJ06074/O-3-G-SP

VBI Participações S.A.

CNPJ 10.585.512/0001-54

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em Reais)

	31/12/2013	31/12/2012	Descrição
Ativo	10.258.262,51	19.890.203,77	Passivo
Ativo Circulante	11.204.545,31	13.729.948,40	Passivo Circulante
Ativo Diferido	91.009,65	85.309,30	Passivo Exigível a Curto Prazo
Banco Central Movimento	7.116,40	27.715,58	Fornecedores Gerais
Banco Itaú S.A.	7.719,40	27.715,58	Fornecedor de Serviços
Aplicações de Curto Prazo	14.753,25	57.592,72	Condomínio Helber Lead
Banco Itaú S.A.	0	57.592,72	Oficinas Faria Lima
Itaú Sobrano DI	84.793,25	0	Passivo Exigível a Longo Prazo
Realizável a Curto Prazo	11.112.639,26	13.644.639,10	Passivo não Circulante
Contas a Receber	14.167,45	2.679.747,67	Fornecedores
Direitos de Usuário Cédulas	14.167,45	30.647,67	Condomínio Helber Lead
Divid. a Receber - Viciore Brasil Invest	0	2.649.100,00	Oficinas Faria Lima
Estoques	11.030.292,19	10.957.333,81	Outros Créditos
Cond. Helber Lead Oficinas Faria Lima	11.030.292,19	10.957.333,81	Outras Contas a Pagar
Outros Créditos	18.176,62	7.556,62	Patrimônio Líquido
IRRF e Aplicações a Recuperar	18.176,62	7.556,62	Capital Social
Ativo não Circulante	7.033.716,60	6.160.257,37	Paulo Fernando Murray Dal Priore
Investimentos	7.032.566,60	6.159.507,37	André Luis Hansen Camargo
Viciore Brasil Investimentos	7.032.566,60	6.159.507,37	Priscila Fernandes de Araújo Simon
Adm. de Recursos Ltda.	0	0	Cesar Augusto Moxerom
Investimentos	0	0	Wagner Mueller Reger
Equivalência Patrimonial - 2009	319.619,00	319.619,00	Mouhamed Moutazel
Equivalência Patrimonial - 2010	0	954.174,54	Resultados
Deságio de Investimento	(293.616,82)	(293.616,82)	9.334.873,63
Equivalência Patrimonial - 2011	0	1.626.333,79	10.241.019,39
Equivalência Patrimonial - 2012	1.221.793,05	5.923.237,65	1.370.098,90
Equivalência Patrimonial - 2013	5.658.183,79	0	755.704,55
Agio de Investimento	139.575,19	0	7.964.760,73
Divid. a Receber - Viciore Brasil Invest	0	(2.649.100,00)	9.485.314,55
Divid. de Usuário Cédulas	(193.587,81)	(89.528,28)	
Viciore Latin American Fund	0	238,22	
Investimento	0	238,22	
Ativo Intangível	750,00	750,00	
Bons Intangíveis	750,00	750,00	
Marcas e Patentes	750,00	750,00	

31/12/2013 31/12/2012 Descrição

Passivo

Passivo Circulante

Passivo Exigível a Curto Prazo

Fornecedores Gerais

Fornecedor de Serviços

Condomínio Helber Lead

Oficinas Faria Lima

Passivo Exigível a Longo Prazo

Passivo não Circulante

Fornecedores

Condomínio Helber Lead

Oficinas Faria Lima

Outros Créditos

Outras Contas a Pagar

Patrimônio Líquido

Capital Social

Paulo Fernando Murray Dal Priore

André Luis Hansen Camargo

Priscila Fernandes de Araújo Simon

Cesar Augusto Moxerom

Wagner Mueller Reger

Mouhamed Moutazel

Resultados

9.334.873,63 10.241.019,39

1.370.098,90 755.704,55

7.964.760,73 9.485.314,55

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

1. Informações Gerais: A VBI Participações S.A. foi constituída em 23 de julho de 2010 e tem como objeto social: (i) a participação em outras sociedades com sede ou economia, no Brasil ou no exterior, e (ii) a administração de bens próprios. 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: Todas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 3. As Receitas, os Custos e as Despesas são registradas pelo Regime de Competência. 4. Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis no prazo de um ano são classificados como Circulantes.

31/12/2013 31/12/2012 Descrição

Passivo

Passivo Circulante

Passivo Exigível a Curto Prazo

Fornecedores Gerais

Fornecedor de Serviços

Condomínio Helber Lead

Oficinas Faria Lima

Passivo Exigível a Longo Prazo

Passivo não Circulante

Fornecedores

Condomínio Helber Lead

Oficinas Faria Lima

Outros Créditos

Outras Contas a Pagar

Patrimônio Líquido

Capital Social

Paulo Fernando Murray Dal Priore

André Luis Hansen Camargo

Priscila Fernandes de Araújo Simon

Cesar Augusto Moxerom

Wagner Mueller Reger

Mouhamed Moutazel

Resultados

9.334.873,63 10.241.019,39

1.370.098,90 755.704,55

7.964.760,73 9.485.314,55

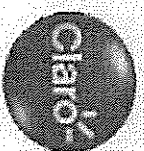
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

1. Informações Gerais: A VBI Participações S.A. foi constituída em 23 de julho de 2010 e tem como objeto social: (i) a participação em outras sociedades com sede ou economia, no Brasil ou no exterior, e (ii) a administração de bens próprios. 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: Todas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 3. As Receitas, os Custos e as Despesas são registradas pelo Regime de Competência. 4. Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis no prazo de um ano são classificados como Circulantes.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - INDICES

CLARO S.A. - CNPJ: 40.432.544/0001-47 - ANO/EXERCÍCIO: 2013, na forma da lei, com base no Balanço devidamente publicado e arquivado na Jucesp.

(em milhares de reais)



Índice		Formula para Apuração com base nos dados apresentados no Balanço		R\$ (MM)	Índice Apurado
1	Liquidez Corrente	ILC = Ativo Circulante (-) Despesas Antecipadas de Curto Prazo		10.213.412	ILC 1,3855
		Passivo Circulante		7.371.722	
2	Liquidez Geral	ILG = Ativo Circulante (-) Despesas Antecipadas de Curto Prazo + Ativo Realizável a Longo Prazo		15.813.442	ILG 0,7923
		Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo		19.959.132	
3	Grau de Imobilização	IGI = Ativo Permanente		15.610.526	IGI 1,3624
		Patrimônio Líquido (-) Despesas Antecipadas de Curto Prazo + Resultados de Exercício Futuros		11.457.794	
4	Endividamento de Curto Prazo	IEC = Passivo Circulante		7.371.722	IEC 0,6434
		Patrimônio Líquido (-) Despesas Antecipadas de Curto Prazo + Resultado de Exercícios Futuros		11.457.794	
5	Endividamento Geral	IEG = Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo		19.959.132	IEG 1,7420
		Patrimônio Líquido (-) Despesas Antecipadas de Curto Prazo + Resultado de Exercício s Futuros		11.457.794	
6	Solvência Geral	ISG = Ativo Total		31.460.171	ISG 1,5762
		Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo		19.959.132	

Ricardo Basso Gaião
Contador - CRC - PR-040021/O-0-S-SP

8/8/2013

Rua Florida, 1970 - 5º andar - Brooklin - São Paulo - SP - CEP: 04.565.-907

Cel:(11)9412-0606 Fixo: (11) 9415-7525

www.claro.com.br

